



8 • Correio Braziliense — Brasília, domingo, 29 de outubro de 2023

Bolsas Na sexta-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na sexta-feira	Salário mínimo R\$ 1.320	Euro Comercial, venda na sexta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
1,29% São Paulo	113.762 113.301	R\$ 5,013 (+ 0,46%)	Últimos	R\$ 5,298	12,65%	12,26%	Maio/2023 0,23 Junho/2023 -0,8 Julho/2023 0,12 Agosto/2023 0,23 Setembro/2023 0,26
	24/10 25/10 26/10 27/10		23/outubro 5,017 24/outubro 4,994 25/outubro 5,002 26/outubro 4,990				

ORÇAMENTO

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva contrariou ministro da Fazenda e disse que deficit fiscal 'difícilmente será zero'.
Chefe da pasta tenta negociar com o Congresso após repercussão negativa

Descaso com fiscal mina esforços de Haddad

» RAFAELA GONÇALVES

Marcelo Ferreira/CB/DA.Press



Chefe da Fazenda se empenha na articulação com parlamentares, após fala do presidente sobre meta fiscal deste ano

A equipe econômica avalia os estragos da fala do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sobre o não cumprimento da meta fiscal no próximo ano. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que vem tentando negociar no Congresso maior celeridade na aprovação de medidas consideradas cruciais para equilibrar o Orçamento, foi pego de surpresa com o recente posicionamento do chefe do Executivo.

Em café com jornalistas no Palácio do Planalto, na última sexta-feira, o petista declarou que a meta fiscal não precisa ser de deficit zero e que esse resultado dificilmente será atingido, uma vez que ele não quer realizar cortes em investimentos e obras em 2024. A posição de Lula contraria o que prega o chefe da Fazenda.

Na avaliação de analistas, esse descompasso pode enfraquecer a credibilidade do ministro nas negociações com o Legislativo. "Caso não seja contornada por Haddad, a fala de Lula deve ter como efeito a retirada de incentivo para que os parlamentares aprove uma agenda que já sofre resistências, como pontuou o relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o deputado Danilo Forte (União-CE)", destacou a análise da XP Investimentos.

Danilo Forte tem segurado a apresentação de seu parecer à espera da aprovação de todos os projetos do governo que permitirão o aumento da arrecadação de impostos no ano que vem. Após as declarações do presidente, ele

afirmou que o próprio atraso na votação da lei orçamentária para o próximo ano ocorreu para "dar a oportunidade para o governo realinhar o convencimento acerca das propostas da equipe econômica". Em uma leitura contrária a de governistas, a presidente nacional do PT, deputada federal Gleisi Hoffmann (PR), disse que Lula "protegeu" Haddad, ao reconhecer que a meta da equipe econômica não será atingida. "Quanto mais realistas as metas, menos complicadas ficam as negociações

políticas. Sem drama, menos, a vida continua com a perspectiva de todos poderem melhorar", declarou via redes sociais.

Foco nas taxações

Fernando Haddad espera um incremento na receita para o próximo ano com a taxaço de fundos exclusivos dos super-ricos e de recursos em paraísos fiscais (offshores), que foi aprovada na Câmara dos Deputados na última semana e seguiu para

análise do Senado.

As projeções iniciais da Fazenda eram de que a proposta rendesse uma arrecadação de R\$ 20 bilhões em 2024. Após a aprovação do texto-base, o ministro disse que o projeto tem potencial para arrecadar mais que o esperado.

Segundo Haddad, como a alíquota ficou abaixo do previsto originalmente, a adesão pode ser maior. O chefe da pasta ainda conta com o aval do Congresso para a tributação de benefícios fiscais do Imposto sobre

Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que poderia render sozinha até R\$ 35,3 bilhões em 2024. No entanto, o texto não foi votado em nenhuma das Casas.

Gatilhos

O resultado primário é o balanço de receitas e despesas do governo, sem considerar o pagamento de juros. Para 2024, enquanto a equipe econômica quer zerar esse saldo negativo, o mercado financeiro está projetando

deficit próximo a 0,8% do PIB. Existe o temor de que as declarações do chefe do Executivo abram caminho para uma alteração na meta do ano que vem, o que impediria que o arcabouço fiscal acionasse gatilhos de contenção de despesas.

Para o economista-chefe da Warren, Felipe Salto, as falas de Lula não são uma novidade, reforçando o discurso de preservação de investimentos públicos, em linha com as diretrizes do atual governo. Apesar disso, ele ainda acredita que a declaração "não deve alterar o cenário de cumprimento da regra fiscal, apesar das naturais turbulências que produzirá no mercado".

Salto lembrou que a despesa discricionária prevista para 2024 no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) está em R\$ 211,9 bilhões, muito acima do nível mínimo necessário para o funcionamento da máquina pública, de acordo com as contas da Warren Rena. "Há uma gordura para ser cortada, de R\$ 45 bilhões, aproximadamente, que não representa absolutamente nada em termos de mudança de padrão no nível histórico recente das despesas discricionárias, onde se incluem os investimentos federais", avaliou o economista.

Lula demonstrou preocupação com o risco de que o esforço fiscal exija do governo um contingenciamento significativo de recursos no ano que vem, com impacto sobre os investimentos do Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), uma das principais vitrines de seu terceiro mandato.

Brasil S/A



por Antonio Machado
machado@cidadebiz.com.br

Antes isso que nada

A economia sempre meio cheia, meio vazia, à mercê da bipolaridade entre a dita prioridade do equilíbrio das receitas e despesas do orçamento federal e o mandamento maior da popularidade dos políticos eleitos, é a marca dos nossos tempos: marca do crescimento meia-boca.

É uma característica tão enraizada que a palavra "desenvolvimento" é mais tema de propaganda institucional, equivalente a expressões vagas tipo "economia verde" e "sustentabilidade", que provida dos atributos que lhe seriam inerentes: juro baixo, crédito farto, investimento no topo das prioridades dos orçamentos públicos e privados, a tributação enviesada em favor da inovação tecnológica e do dinamismo empresarial e não como meio exclusivamente arrecadatório para gasto corrente etc.

É também o que explica o grande apoio à reforma tributária que vai substituir cinco impostos sobre o consumo por três outros com o fim de simplificar a rotina tributária mantendo a arrecadação em termos de proporção do PIB, distribuída entre o naco federal e o dos estados e municípios. Respectivamente, a Contribuição e o Imposto sobre Bens e Serviços (CBS e IBS, as novas siglas para o PIS/Cofins e o IPI, no nível da União, e para o ICMS e ISS, no plano federativo).

Ah! A reforma se completa com o também novo Imposto Seletivo, com os fundamentos de tributar atividades, digamos,

perniciosas, como tabaco e álcool, adicionadas dos bens e serviços nocivos ao meio ambiente. E claro: mais um sortido de exceções, com alíquotas menores que as que serão legadas à indústria, o filho enfeitado da economia movida pelas commodities de exportação e transferências de renda, já que, de outro modo, Brasília seria sitiada por multidões de famélicos.

Ainda assim, essa reforma aprovada na Câmara dos Deputados e tramitando no Senado sob a forma de emenda à Constituição colhe mais apoio que críticas — estas, amenizadas pelas exceções dadas aos setores econômicos que há tempos substituíram a mediação de suas entidades pela eleição direta de parlamentares. Apesar disso, compensa mais uma reforma mediana ou meia-boca que manter o nefasto e obsoleto sistema tributário atual.

A fila andou na política

Entende-se o fim de linha em que nos encontramos quando as ambições sobre o que esperar das instituições encarregadas de moldar o futuro da economia são as mínimas possíveis. O que vai bem ou não se queixa não se explica só pelos conceitos de eficiência, tipo produtividade, ou por ser altamente competitivo vis-à-vis a concorrência externa.

Ter votos na Câmara e no Senado, independentemente de partidos, vale mais que manifesto de entidade empresarial ou

COMPENSA MAIS REDUZIR AS AMBIÇÕES E APOIAR A REFORMA TRIBUTÁRIA MEIA-BOCA QUE DEIXAR COMO ESTÁ

simpatia do mandachuva da vez. Isso vai do agro aos transportes, entre outros, em detrimento de setores mais expostos politicamente como o financeiro e indústria.

Isso explica os ataques a qualquer programa de apoio à indústria, em geral por economistas para os quais política industrial é palavrão ou sinônimo de compadrio. São os mesmos que olhavam de lado para o tanto de facilidades estendidas ao agro e que hoje se surpreendem com o uso de sua ortodoxia fiscalista contra o setor financeiro. É como se diz: a fila andou na política... E quem não tem padrinho morre pagão.

O agro e seus cento e tantos deputados trabalham direitinho. Com uma participação no PIB de pouco mais de 7%, sua carga tributária é só de 0,6%. O agro se diz "pop", enquanto a indústria de transformação (que faz a Ásia ser o centro dinâmico do mundo) responde por 12,9% do PIB e 30,4% da fatura total de impostos. Os bancos são criticados, com peso de 9% do PIB, entregam 21% da receita total de impostos.

Mérito maior da reforma

As discrepâncias entre a participação dos setores econômicos no PIB e sua contribuição para a receita tributária distorceram a proposta original concebida

para criar a tributação sobre o valor adicionado com alíquota única, nenhum regime especial nem de base tributável ao gosto do freguês e eliminar o maior absurdo: a cobrança cumulativa.

A cobrança cumulativa tende a desaparecer quando a nova sistemática estiver totalmente implantada, e esse é o mérito maior da reforma, mas as exceções serão mantidas como preço a pagar pela aprovação do cerne da emenda constitucional. A exceção começou na Câmara quando deputados do agro condicionaram seus votos à manutenção da carga tributária do setor. Outros fizeram igual e a coisa cresceu.

Faz todo sentido, assim, que o relatório do senador Eduardo Braga ao menos acatou proposta do presidente da Fiesp, Josué Gomes da Silva, de impor uma trava para a alíquota de referência do IBS/CBS, aquela a ser aplicada aos setores "desapadrinhados". É confiar desconfiando. O IBS/CBS será pior que IPI, PIS/Cofins, ICMS, ISS? Não. Mesmo com tais lambanças, a erradicação da cobrança cumulativa justifica fundir esses tributos em um único (já que a divisão IBS e CBS é para apartar a arrecadação, com a mesma legislação para ambos).

Nem por isso se deve ignorar que o Congresso perde a grande chance de

contribuir para um salto de qualidade da atividade econômica no país.

Drucker tem algo a dizer

Outros ajustes são esperados na votação, no Senado, do novo texto do IVA e, depois, na Câmara, que vai apreciar as mudanças.

Um ajuste será de bom senso: o restabelecimento da trava votada pela Câmara e tirada pelo relatório do senador Braga que vedava aumento de alíquota para operações de crédito dos bancos. Se for para mexer aí, é para tirar o que onera o custo do dinheiro. Tributar financiamento, que é o oxigênio da economia e quem paga é o devedor, não banqueiro, é raríssimo no mundo. Não confundam com o lucro, tributado pelo IR.

Mas agora que o presidente Lula descartou a meta do deficit zero do ministro Fernando Haddad no orçamento de 2024 — "Não vou estabelecer uma meta fiscal que me obrigue a começar o ano fazendo um corte de bilhões nas obras", ele disse — espera-se que diminua o apertado por medidas com risco de mirrar o crescimento e, portanto, a arrecadação.

O presidente e as lideranças do Congresso precisam alargar as visões para entender o que fazer para reaver o desenvolvimento perdido e se alinhar aos eleitores. Peter Drucker, o grande guru da administração moderna, tem algo a dizer: "O maior perigo em tempos de turbulência não é a turbulência — é agir com a lógica de ontem". E vale também seu maior aforismo: "A melhor maneira de prever o futuro é criá-lo".